



V SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO REMUNERADO NA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA – FOLHA DE RESPOSTAS

Nome: _____ CPF: _____

Orientações Gerais:

1. Você recebeu do fiscal um caderno de provas contendo as provas **objetiva e discursiva** e a folha de respostas, que deverá ser preenchida somente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.
2. Verifique se a prova objetiva contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com quatro opções de respostas (alternativas “a” a “d”). Cada questão terá apenas um item a ser considerado como resposta correta. Serão consideradas incorretas as respostas que estiverem em desacordo com o gabarito oficial, com o edital e com as instruções da folha de resposta, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
4. Verifique se a prova discursiva contém apenas 1 (uma) questão. A prova discursiva deverá ser manuscrita com letra legível e avaliará, além dos conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão na modalidade escrita, coerência textual e manejo da língua portuguesa pelo candidato, sobretudo nos aspectos gramatical e ortográfico.
5. A prova terá duração de três horas. Nesse período, o candidato deverá transcrever as respostas da prova na folha de respostas, único documento válido para correção das provas objetiva e subjetiva. Não haverá substituição da folha de respostas em virtude de erro do candidato.
6. Acarretará a eliminação automática do candidato a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos, a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), a consulta a livros ou a quaisquer anotações, etc.
7. Só poderá ser iniciada a prova após a autorização do fiscal da sala.
8. Não será permitido ao candidato se retirar da sala com o caderno de provas antes de transcorrido o período de duas horas do início da realização desta.
9. Os gabaritos serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas após a aplicação da prova, através do endereço eletrônico <http://www.maceio.al.gov.br/pgm/>.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA

Forma de marcação:

A	
B	■
C	
D	

Respostas do(a) candidato(a):

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A																				
B																				
C																				
D																				

Para uso exclusivo da comissão:

Nota da Prova Objetiva: _____. Nota da Prova Discursiva: _____. Nota Final Total: _____.



CADERNO DE PROVA - QUESTÕES OBJETIVAS

1. São consideradas cláusulas pétreas, pelo texto do artigo 60, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todas as seguintes, exceto:

- a) forma federativa de Estado;
- b) voto direto, secreto, universal e periódico;
- c) separação de poderes;
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

2. A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional:

- a) em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;
- b) em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros;
- c) em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria simples dos votos dos respectivos membros;
- d) em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.

3. Na organização do Estado Brasileiro, compete aos Municípios:

- a) legislar sobre juntas comerciais;
- b) organizar e fiscalizar as atividades da polícia civil;
- c) legislar sobre assuntos de interesse local;
- d) legislar sobre direito processual civil.

4. A decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade terá, via de regra, efeitos:

- a) *erga omnes* e *ex nunc*;
- b) *erga omnes* e *ex tunc*;
- c) *inter partes* e *ex tunc*;
- d) *inter partes* e *ex nunc*.

5. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo:*

- a) em caso de flagrante delito ou desastre;
- b) para prestar socorro;
- c) durante o dia, por determinação judicial;
- d) todas as alternativas anteriores.

6. Relacione as colunas, de acordo com as modalidades de licitação abaixo indicadas e suas características e, a seguir, assinale a alternativa que contém a sequência correta.

I- Concorrência

II- Tomada de Preços

III- Convite

IV Concurso

() Entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.

() Envolve quaisquer interessados que atendam a qualificação exigida no edital para execução do seu objeto.

() Entre interessados devidamente cadastrados, observada a necessária qualificação.

() Envolve interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não no SICAF, escolhidos e convidados, em número mínimo de três.

a) III, IV, I, II;

b) II, III, IV, II;

c) IV, I, II, III;

d) IV, I, III, II.

7. Em relação ao regramento aplicável aos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

a) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime próprio de previdência social.

b) Na aposentadoria voluntária do professor, os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, desde que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

c) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, sendo admitido o pagamento de gratificações.

d) É admitida a acumulação de três cargos públicos de provimento efetivo por profissionais da saúde, desde que haja compatibilidade de horários.

8. Tendo como referência as disposições constitucionais relativas ao direito urbanístico, assinale a opção correta.

a) A usucapião pró-moradia não será reconhecida ao mesmo possuidor mais de uma vez nem é admissível em relação a imóvel público.

b) O plano diretor é obrigatório para todas as cidades brasileiras, uma vez que a propriedade urbana cumpre sua função social somente quando atende às regras nele estabelecidas.

c) Compete concorrentemente ao município, ao estado e à União a promoção do adequado ordenamento territorial.

d) Proprietário de solo urbano que, descumprindo o planejamento urbanístico, não promover seu adequado aproveitamento, poderá ser penalizado, sucessivamente, com: IPTU progressivo, parcelamento ou edificação em caráter compulsório e desapropriação-sanção.

9. Das quatro alternativas abaixo, apenas três correspondem a normas fundamentais do processo civil, previstas expressamente nos art. 1º ao art. 12 do CPC. Assinale a alternativa falsa:

- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei;
- b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;
- c) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva;
- d) Em qualquer caso, sem exceção, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

10. Sobre a competência, aponte a alternativa que está de acordo com o CPC:

- a) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência;
- b) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo que um deles já tenha sido sentenciado;
- c) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais;
- d) Tanto a competência em razão do valor e do território (relativa) quanto a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função (absoluta) pode ser derogada por convenção das partes.

11. Sobre a Advocacia Pública, indique a alternativa que está em desacordo com o CPC:

- a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta, salvo nas hipóteses em que tais entidades e entes públicos optarem pela contratação de escritórios de advocacia, devidamente registrados na OAB, para desempenharem tais funções;
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal;
- c) Não se aplica o benefício da contagem em dobro antes referida quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público;
- d) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.

12. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, havendo conflito entre duas leis municipais (antinomia), lei “1” e lei “2”, prevalecerá:

- a) a que for de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, por ser o responsável pelas políticas públicas da cidade;
- b) a que for de iniciativa do Legislativo, por ser o Poder responsável pela fiscalização do Executivo;
- c) a que for mais benéfica à sociedade, em face do princípio *in dubio pro societate*;
- d) a lei posterior, caso incompatível ou caso regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

13. São pessoas jurídicas de direito público interno todas as seguintes, exceto:

- a) autarquias, inclusive associações públicas;
- b) Município de Maceió;
- c) sociedades de economia mista;
- d) Estado de Alagoas.

14. A prescrição é considerada a extinção:

- a) do direito;
- b) da pretensão;
- c) da ação;
- d) do prazo processual.

15. Assinale a alternativa incorreta com relação à jornada de trabalho:

- a) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho;
- b) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias;
- c) O banco de horas não poderá ser pactuado por acordo individual escrito;
- d) A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

16. Assinale a alternativa incorreta no tocante ao Direito Processual do Trabalho:

- a) Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.
- b) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- c) Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos

fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

d) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

17. No tocante à terceirização, assinale a alternativa incorreta:

a) A terceirização se dá através de contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, não podendo incidir sobre a sua atividade principal.

b) É vedada à contratante a utilização dos trabalhadores em atividades distintas daquelas que foram objeto do contrato com a empresa prestadora de serviços.

c) Os serviços contratados poderão ser executados nas instalações físicas da empresa contratante ou em outro local, de comum acordo entre as partes.

d) É responsabilidade da contratante garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato.

18. O município não possui competência tributária para instituir imposto sobre:

a) Propriedade predial e territorial urbana;

b) Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

c) propriedade de veículos automotores;

d) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar, não compreendidos os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) diminuir tributo sem lei que o estabeleça;

b) instituir tributos sobre templos de qualquer culto;

c) cobrar pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

d) instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

20. São causas de extinção do crédito tributário:

a) a prescrição e a decadência;

b) a moratória e o depósito de seu montante integral;

c) a imunidade e o parcelamento;

d) a isenção e a anistia.

